



CAPITÉIS DE S. MIGUEL  
DE ODRINHAS:  
SOBRE A DECORAÇÃO  
ARQUITECTÓNICA EM ÉPOCA  
ROMANA

Lídia FERNANDES

**Resumo**

Analisa-se os capitéis romanos encontrados em São Miguel de Odrinhas. A tipologia e a decoração destas peças permitem a elaboração de considerações relativas à respectiva cronologia e correntes estilísticas subjacentes. A análise destes exemplares e as comparações que se estabelecem possibilitam a formulação de algumas ideias sobre o tipo de laboração das oficinas que as terão produzido, assim como a relação destes centros oficiais com a cidade de Olisipo e, igualmente, com a capital da província da Lusitânia, a cidade de Emerita Augusta.

**Palavras-chave:** Capitel, jónico, corintianisante, decoração arquitectónica, oficinas de produção.

---

**Abstract**

The roman chapters found at São Miguel de Odrinhas are analyzed. The typology of these pieces allow the elaboration of considerations regarding its chronology and underlying stylistic currents. These exemplars' analysis and the established comparisons allow to formulate some ideas about the working type of workshops that might have produced them, as well as the relation of these workshopping centers with the city of Olisipo and likewise the Province of Lusitania's capital city, Emerita Augusta.

**Palavras-chave:** *Chapter, jonic, corinthianising, architectonic decoration, production workshop.*

## CAPITÉIS DE S. MIGUEL DE ODRINHAS: SOBRE A DECORAÇÃO ARQUITECTÓNICA EM ÉPOCA ROMANA

Lídia FERNANDES

### **Introdução**

Alguns elementos arquitectónicos encontrados em São Miguel de Odrinhas suscitam uma leitura mais atenta e permitem o estabelecimento de algumas considerações mais gerais sobre a plástica decorativa de época romana, quer do territorium olisiponense quer, em particular, da zona onde actualmente se implanta a estação arqueológica de Odrinhas.

Apesar de o número de exemplares não ser elevado - temos apenas cinco peças que se traduzem em quatro capitéis – a sua diversidade morfológica é notória.

É a propósito destes exemplares e das comparações que podem ser estabelecidas com outras peças da província da Lusitânia, essencialmente com alguns exemplares da antiga cidade romana de Olisipo, que recai o contributo mais importante que agora pretendemos proporcionar. Com efeito, para além da análise circunstanciada destas peças, importa a sua análise do ponto de vista das oficinas que as produziram e, igualmente, as influências que denotam as opções decorativas e ornamentais que aqui se vêm plasmadas.

## **1 – Análise descritiva das peças**

Os cinco exemplares que se analisam encontram-se actualmente depositados em distintos locais, mercê das políticas de actuação e protecção do património arqueológico ao longo dos tempos. Com efeito, três espécimes encontram-se depositados no Museu Nacional de Arqueologia enquanto os dois restantes estão em exposição no próprio local onde surgiram, isto é no Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas. Gostaríamos de agradecer ao seu director e nosso amigo Cardim Ribeiro, a oportunidade concedida em 1997, de estudar estas peças e de agora as reanalisar.

Três exemplares enquadram-se na classificação de capitéis corintizantes, estando um deles incompleto. Uma outra peça pertence à ordem arquitectónica jónica e, por fim, um curioso capitel adopta a morfologia de capitel misto, constituindo um dos poucos exemplares de que temos conhecimento em território nacional.

Tivemos oportunidade de analisar há algum tempo estes elementos num trabalho mais amplo realizado sobre os capitéis documentados entre as duas vias terrestres que directamente ligam a cidade de Olisipo à capital da província da Lusitânia (FERNANDES, 1997). O trabalho que agora se elabora pretende, mais do que a apresentação de uma análise descritiva, uma mais evidente relação com a primeira cidade e o estabelecimento de paralelos com os exemplares conhecidos na segunda urbe.

### **1.1. Capitel jónico de São Miguel de Odrinhas (Peça 1)**

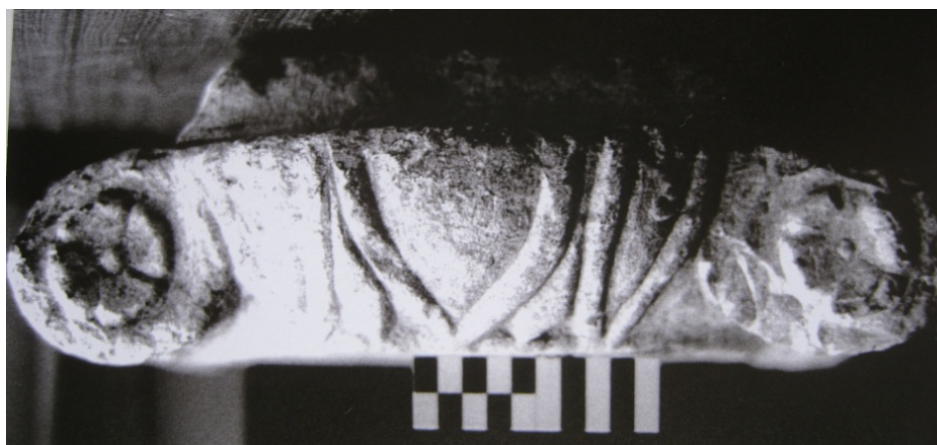
Esta peça foi encontrada em 1988, no decurso de escavações arqueológicas realizadas no local, junto à capela daquela localidade, ainda que não tenha surgido em qualquer contexto estratigráfico definido, antes em níveis de entulho que não permitem uma qualquer definição cronológica (Fig. 1).



**Fig. 1** – capitel jônico encontrado in situ, em níveis de deposição secundária. (Fotografia gentilmente cedida por Cardim Ribeiro).

Trata-se de um capitel de pequenas dimensões com algumas opções formais que o integram, claramente, em opções estilísticas de cronologia mais tardia, como seja o caso do equino estreito, da ausência de ábaco e da dimensão relativamente pequena do exemplar (Fig. 2).

As características estruturais encontram-se bastante tipificadas: volutas de diâmetro pequeno justapostas ao equino, sendo este acentuadamente estreito; ausência de ábaco, sendo substituído por um elemento reentrante que encaixaria no entablamento e que não ficaria visível (scamillus); ausência de colarinho; pulvini (ou balaústres laterais) estreitos e compactos. Por fim, a decoração apresenta, em termos gerais, um aspecto muito esquemático e geométrico, o que é particularmente notório na face inferior (Fig. 3).



**Fig. 2** – Face frontal do capitel jônico

O kyma é decorado por três óvulos, muito esquemáticos, sendo acentuadamente maior o óvulo central. Os semi-óvulos são delimitados por espessas molduras e como separadores observam-se lancetas das quais apenas se nota a parte inferior uma vez que a dimensão dos óvulos não permite a explanação daqueles elementos, característica decorativa mais notória a partir do século III d.C. (PENSABENE, 1978: 228).

Nesta peça, o formato triangular dos óvulos, assim como a rigidez das molduras, fazem esquecer os modelos naturalistas expressos na decoração de séculos anteriores. Como já mencionado, este geometrismo é claramente visível na parte inferior da peça, criando desenhos rígidos que nada têm a ver com o mundo orgânico (Fig. 3). Os pulvini constituem-se como dois blocos rígidos, decorados por traços rectos que representam folhas.



**Fig. 3** – Face inferior, de assentamento da coluna, observando-se a parte inferior dos pulvini

Não é possível filiar esta decoração dos pulvini em qualquer corrente ou estilo ornamental uma vez que estamos, claramente, perante uma produção local cujo objectivo, mais que copiar modelos institucionalizados, foi o de preencher esta parte da peça com motivos foliáceos de carácter abstracto. Ainda assim, observa-se na base de assentamento da peça, o pequenino orifício definidor do círculo do capitel e, certamente, do desenho total da peça.

Frontalmente, os pulvini originam duas volutas que, na verdade não o são, isto é, limitam-se a dois círculos no centro dos quais se localizam duas rosetas quadripétalas com botão central relevado (Fig. 4). Estas rosetas abrangem

grande parte das volutas, característica comum em exemplares dos séculos III e IV d.C. como é visível em peças de Astorga (Gutierrez Behemerid, 1992: 36, n.º 81) ou em outras de Timgad (LÉZINE, 1968: 168, fig. 125).

Um pormenor curioso é o facto de estarem representadas as semi-palmetas. Estes pequenos elementos posicionam-se nos limites laterais do kyma, representando a pequenina folhinha lanceolada que se liberta do enrolamento da voluta (Fig. 4). Neste exemplar a organicidade destes elementos, como temos vindo a sublinhar, não existe e estes pequenos apontamentos decorativos surjam isolados, quase como uma lembrança das peças de boa qualidade que anteriormente se fariam. Temos pois, a presença de elementos ornamentais anacrónicos que teimam em estar presentes.



**Fig. 4** – Pormenor das volutas, dos semi-óvulos laterais e das semi-palmetas

Apesar deste pequeno pormenor, a simplificação decorativa é, em termos gerais, levada ao extremo sendo o aspecto mais marcante neste exemplar a geometrização e esquematização decorativa.

Os paralelos para este tipo de peças são inúmeros. Sem mencionar os muitos exemplares que poderiam ser mencionados por todo o Império, pensamos ser suficiente a indicação de algumas peças, muito próximas em termos compositivos e ornamentais mas, também, muito próximas em termos geográficos.

De facto, dois capitéis depositados no Museu Nacional de Arqueologia apresentam as mesmas soluções. Um é proveniente da Rua das Canastras (FERNANDES, 1997: n.º 53; FERNANDES, 1998: n.º 5) e do outro exemplar apenas se conserva a informação de que provém dos “arredores de Lisboa” (FERNANDES, 1997: n.º 54; FERNANDES, 1998: n.º 6). Ambos são de dimensões bastante reduzidas e não possuem ábaco. No primeiro caso as molduras que ladeiam os semi-óvulos são também acentuadamente espessas e sem qualquer evidência de preceitos naturalistas. As volutas são pequenas e justapostas ao equino e os pulvini possuem uma decoração de um esquematismo acentuado ainda que distinto do que encontramos na peça de Odrinhas. Na peça de Lisboa as folhas dos balaústres parecem lembrar as folhas de águas, o mesmo acontecendo com a outra peça, enquanto na peça de Odrinhas são folhas lanceoladas mais simples.

Como tivemos ocasião de mencionar para a peça da Rua das Canastras “A ausência de ábaco, o justapor dos pulvini em relação ao equino e a ausência do canal da voluta indica-nos uma modificação na composição do capitel que será constatada, quer nos exemplares do centro do Império, quer nos das províncias ocidentais, essencialmente, a partir dos finais do séc. II, tornando-se corrente na seguinte centúria” (FERNANDES, 1998: 233). Óstia, por exemplo, fornece inúmeros exemplares que ilustram bem esta modificação do capitel jónico na terceira centúria, correspondendo a uma simplificação e esquematização progressivas (PENSABENE, 1973).

Uma peça de Frielas (Loures), que datamos do séc. IV (FERNANDES, 2002: 21-36, revisto em idem, 2009: 191-207), assim como outra proveniente das termas dos Cássios, em Lisboa de idêntica cronologia (FERNANDES, 2009: 223-239), apresentam soluções semelhantes ainda que de melhor qualidade. O mesmo se pode referir em relação a outros dois capitéis jónicos, semelhantes entre si, recolhidos na intervenção arqueológica da Praça da Figueira, em Lisboa (FERNANDES, 2007: 291-336), ambos datados dos finais da terceira centúria.



Pelos paralelos expostos e pelo geometrismo acentuado da composição que acabamos de analisar atribuímos uma cronologia do século IV d.C. para este exemplar.

## **1.2 – Capitéis Corintizantes (Peças 2, 3 e 4)**

Temos 3 peças que se inserem na classificação de “corintizante” ainda que, na verdade, se refiram somente a dois indivíduos. Trata-se de peças que ou foram realizadas em duas partes, como acontece por exemplo, nos capitéis do templo romano de Évora, mantendo o devido distanciamento em relação às distintas cronologia e qualidade técnica (HAUSCHILD, 1988: 208-220; FERNANDES, 1997, vol. II: 227-233, n.os 57-68), ou então, coincidentemente, foram partidos sensivelmente a meio. Temos três partes de capitéis sendo que duas partes pertencem à parte inferior, com a sua decoração com elementos foliáceos correspondente à imma folia e a parte superior, em bloco distinto, com a zona do ábaco e decoração do kalathos ou corpo do capitel.

Estas três peças enquadram-se no tipo de capitel corintizante mas já de época tardia uma vez que a sua decoração e morfologia os afasta claramente dos exemplares do séc. I ou do séc. II d.C.

Pensamos que as duas partes do capitel que analisaremos em segundo lugar pertencerão ao mesmo exemplar (Peças 3 e 4). O primeiro bloco (Peça 2) (FERNANDES, 1997: n.º 109) pertence à parte superior de um capitel corintizante sendo visível um ábaco alto ainda que muito partido e não conservando a flor de ábaco mas da qual ainda é perceptível o seu arranque. Convém mencionar que duas das quatro faces da peça se encontram desbastadas razão pela qual não é possível observar se a decoração das faces seria idêntica entre si. Esta peça encontra-se em depósito no Museu Nacional de Arqueologia e não existe qualquer referência quanto à sua proveniência. O facto de a decoração e vários aspectos morfométricos desta peça serem muito similares às duas peças que depois analisaremos, correspondendo ambas à parte inferior de capitéis corintizantes, leva a considerar este exemplar também como proveniente de São Miguel de Odrinhas e tendo pertencido, muito

provavelmente, a uma daquelas peças, provavelmente à que apresenta um corte mais horizontal (Peça 3) adequando-se, assim, ao corte sensivelmente horizontal que a parte inferior do exemplar que agora analisamos também possui.

Das folhas angulares, apesar de não se conservarem as respectivas volutas, mantêm-se as folhas nos ângulos do kalathos, com os lóbulos marcados por rígidos traços incisos.

O aspecto mais curioso é a decoração das faces frontais do corpo da peça que conservam. Observamos uma decoração que podemos classificar como “motivo liriforme”, sendo o ornamento mais habitual neste tipo de capitel, quer no centro do Império (PENSABENE, 1973: n.os catálogo 554-571) quer em Espanha (GUTIERREZ BEHEMERID, 1992: n.os catálogo 794-838) (Fig. 5).

O que observamos são três hastes vegetalistas, decoradas por sulcos oblíquos, que fazem lembrar molduras sogueadas, e que, perto do ábaco, se interligam através de uma cartela (Figs. 5 e 6).



**Fig. 5** – Face frontal da parte superior de um capitel corintizante (Peça 2), decorada com hastes vegetalistas e rosetas



**Fig. 6** – Pormenor da decoração da face frontal

A partir dessa cartela os caules prolongam-se, o do centro vertical, direccionado à flor do ábaco e as duas laterais terminam em enrolamento espiraliforme encerrando, no seu centro uma roseta quadripétala com botão central relevado.

Estes ornamentos são bastante habituais na decoração deste tipo de capitel ainda que a morfologia de alguns justifique, no caso vertente, alguns comentários. Referimo-nos essencialmente à cartela rectangular a qual na maior parte dos casos é um elemento pequeno, o qual pode ser uma pequena moldura ou botão mas que nesta peça assume um papel predominante, pelo seu volume e relevo, na decoração da face do capitel.

Em 1997 atribuímos este exemplar e as duas partes inferiores que a seguir analisaremos, à segunda centúria, provavelmente da segunda metade (FERNANDES, 1997: 443). Pensamos actualmente, que os aspectos rígidos da plástica decorativa que aqui vemos plasmados poderão ser atribuídos a uma cronologia mais tardia, possivelmente o século III ou mesmo IV d.C.

O facto de se tratar de uma criação local, com soluções decorativas distintas das produções mais padronizadas das oficinas centro imperiais e da capital de província, torna mais difícil a detecção de paralelos similares. Com efeito, desconhecemos qualquer outra peça que se assemelhe às que agora apresentamos. Apesar de todos os elementos decorativos que caracterizam o capitel corintizante se encontrarem presentes, existe, claramente, um afastamento plástico dos modelos originais e um deturpar da morfologia do mundo orgânico.

As peças 3 e 4, como tivemos oportunidade de mencionar, referem-se às metades inferiores de capitéis também corintizantes. O corte sensivelmente horizontal permite apontar a hipótese de se tratar da parte inferior da peça 2. Na verdade, as hastes vegetalistas com o mesmo tratamento de molduras relevadas e sulcos oblíquos têm continuação com os caules que observámos no exemplar anterior.

O que se observa em ambos os exemplares é a imma folia, ou coroa inferior, composta por oito folhas que alteraram entre as palmetas e as folhas acantizantes (FERNANDES, 1997, vol. II: 439-443, n.os 107 e 108). É ainda possível observar o arranque das folhas angulares, as quais são idênticas às que analisámos no exemplar 2.

A junção de dois tipos de folhas na decoração deste tipo de capitel é relativamente habitual (PENSABENE, 1973: n.os 564, 567, 568, 571, entre

outros; G. BEHEMERID, 1992: n.os 847, 849, 877, 891, 902, entre outros; C. MARQUEZ, 1993: n.os 233, 240, 242, entre outros). As palmetas diferenciam-se das folhas acantizantes pelo facto de todos os seus lóbulos partirem da base da folha, coincidente com a base do capitel. A diferença das folhas destas duas peças baseia-se no facto de serem muito grande, destacando-se pouco do corpo da peça (Fig. 7). Deste modo, os efeitos de alternância de volumes e de criação de contrastes claro/escuro não são muito evidentes, apesar de os sulcos que criam a pormenorização dos motivos serem bastante profundos.



**Fig. 7** – Capitel corintizante, parte inferior (Peça 3). Observam-se as folhas acantizantes e as palmetas da imma folia

Por entre as folhas observam-se uns motivos vegetalistas para os quais não possuímos qualquer paralelo. Trata-se de uma pequena haste que é encimada superiormente e ao nível da terminação das folhas, por uma pinha apontada, ou um bolbo, preenchido no seu interior por pequenos traços cruzados entre si (Fig. 8).



**Fig. 8** – Capitel corintizante, parte inferior (Peça 4). Observam-se as pequenas hastes verticais com o elemento semelhante a um bolbo ou pinha na sua parte superior

Uma peça de Mérida pode oferecer um paralelo, ainda que a haste dessa peça se posicione por baixo da flor do ábaco (BARRERA ANTON, 1984: 52 e 53, n.º 75). Esta peça é datada da época de Adriano. Mas um outro exemplar emeritense permite compreender a diversidade decorativa que existiria justificando o aparecimento de motivos, pormenores e decorações que hoje entendemos como “ não habituais”. Com efeito, um capitel coríntio, datado da segunda metade do século I d.C., onde a decoração pormenorizada é feita em estuque (idem, 1984: 33-34, n.º 20) apresenta uma exuberância ornamental marcante onde não faltam frutos que decoram o kalathos.

Como referimos para a parte superior de uma destas peças, a cronologia que atribuímos não se prende tanto com os motivos que se encontram presente, quase todos habituais do léxico deste tipo de capitel, mas antes pela plástica evidenciada. O talhe é pouco elegante e, decididamente, a elegância e contenção da dimensão dos vários ornamentos, há muito que terá sido abandonada, dando lugar a um gosto menos exigente quanto à perfeição executiva mas que privilegia a sua presença e volume. Pensamos, nesta linha de raciocínio, que estas peças poderão ser atribuídas mais ao século III d.C. que a uma época anterior.

### **1.3 - Capitel Misto (Peça 5)**

Este capitel foi encontrado em 1957 em São Miguel de Odrinhas durante os trabalhos de escavação realizados no local por D. Fernando de Almeida. A intervenção arqueológica localizou-se junto à Capela de São Miguel (Fig. 9). A peça foi encontrada num dos muros da capela, encoberta pelas camadas de argamassa que serviam de reboco ao edifício, como refere o autor: «Há alí um pequeno muro a fazer de gigante, encostado à parede da igreja; ele vai ao topo Poente da parte do campanário que ali faz saliência. Ao descascar a porção inferior daquele pequeno muro, apareceu um grande capitel romano tardio» (ALMEIDA, 1958: 16).



**Fig. 9** – *capitel misto de São Miguel de Odrinhas*

Reutilizado como enchimento do muro, a peça surgiu sem qualquer contexto tendo sido entendido como uma peça tardia, certamente devido ao aspecto esquemático e estilizado que alguns dos seus motivos decorativos assumem, como podemos inferir pelas palavras do autor quando afirma que «O desenho é curioso e nele se notam influência sírias aparecidas no período romano, mas já em plena decadência» (idem *ibidem*). A rigidez do delinear dos motivos terá suscitado esta comparação, no entanto, a comparação com capitéis mistos e compósitos do Império mostra que os motivos empregues são habituais no léxico ornamental destas peças.

No caso das palmetas, por exemplo, ainda que tradicionalmente surjam em peças de época tardia, podem ser observadas, inclusivamente em exemplares peninsulares, do séc. I, como acontece com um capitel proveniente de Quintanilla de las Viñas (Burgos), também do tipo misto (GUTIERREZ BEHEMERID, 1992: 176, n.º 774), ainda que a maior parte das peças que emprega este motivo corresponda ao século II.

Em Córdoba, as linguetas são empregues em capitéis do tipo corintizante, localizando-se esta decoração imediatamente por baixo do ábaco. Esta composição pode observar-se, concretamente, em três exemplares datados do séc. II e reempregues na Mesquita daquela cidade (CARLOS MARQUEZ, 1993: 162 e 163, n.os 313-315).

A associação das linguetas na decoração dos capitéis surge-nos, a maior parte das vezes, em capitéis compósitos, como podemos comprovar no levantamento realizado por KÄHLER (1939: 68, e ss., Tafel 12), correspondendo à Forma P.Q definida pelo autor, a qual associa um primeiro registo de estilo jónico, situado superiormente, com um registo inferior decorado com linguetas. Estas peças apresentam uma cronologia idêntica à das anteriormente referidas.

Este motivo é bastante comum na decoração de época romana, correspondendo, mais uma vez, a uma recuperação de elementos de época grega e helenística. Como referido anteriormente, no que se refere a uma série de outras decorações – palmetas, florões, hastes vegetalistas –, essa recuperação de motivos, e concretamente das linguetas, pode ser constatado já durante a época de Augusto. Com efeito, em Roma, no forum de Augusto, no pórtico das cariátides dedicado no ano 2 a.C., podem-se observar os painéis com frisos corridos de linguetas. Denunciando um cuidadoso trabalho e apresentando um pequeno listel a separá-las, as que agora analisamos não são, no entanto, muito diferentes, sobretudo no que diz respeito às terminações superiores e inferiores, ainda que o trabalho escultórico denuncie diferenças técnicas nitidamente distintas.

Inúmeros exemplares de Saintes apresentam-nos a mesma solução decorativa, estabelecendo, com o motivo das linguetas, a transição entre os dois registos canónicos - o jónico e o coríntio (TARDY, 1989: 16, figs. 1-16).

A parte superior do capitel de Odrinhas (FERNANDES, 1997, vol. II: 493-496, n.º 116) é composta por um ábaco, actualmente partido, ainda que se note o local onde estariam localizadas as flores que o decorariam. O ábaco é alto e moldurado inferiormente, sobrepondo-se a um equino jónico, do qual somente se pode observar o respectivo kyma, uma vez que as volutas laterais se encontram igualmente partidas.

Uma banda, ligeiramente reentrante, separa o ábaco do equino, a qual poderá corresponder ao canal das volutas



O registo jónico é constituído por três semi-óvulos apontados inferiormente (sobretudo no que diz respeito aos laterais), envoltos em molduras relevadas bem definidas. O aspecto é esquemático, facto que é sublinhado pela tipologia das lancetas que se situam entre os semi-óvulos. Palmetas de três lóbulos, e colocadas horizontalmente sobrepõem-se aos óvulos laterais, assumindo, de igual modo, um aspecto estilizado.

Como já vimos anteriormente, quando tratámos do capitel jónico, o kyma de três óvulos é o mais habitual, como podemos comprovar em exemplares peninsulares (GUTIERREZ BEHEMERID, 1992: 43 e 44), o que acontece especialmente a partir de época júlia-claudiana.

O registo inferior deste capitel é bastante alto, encontrando-se decorado por folhas altas talvez fazendo lembrar as de estilo corintizante. Discordamos da opinião que atribui a tais elementos foliáceos a correspondência com o acanto espinhoso (GUTIERREZ BEHEMERID, 1992: 178, n.º 789). Não nos parece, de facto, estarmos perante uma tipologia distinta de folhas, antes correspondendo, a nosso ver, a uma reelaboração da tradicional folha de acanto ainda que aqui estejamos perante uma estilização integral de todos os seus elementos, modificando-os com o objectivo de criar acentuados efeitos geométricos e novos padrões decorativos. É o que podemos constatar, por exemplo, nas uniões lobulares das folhas contíguas. Os lóbulos unem-se uns aos outros criando novas formas curvas que contrastam com as caneluras centrais da folha, que se dispõem de forma rigidamente vertical.

Toda a decoração é totalmente aderida ao kalathos, excepto no que diz respeito à parte superior das folhas que constituem a imma folia, as quais se recurvam exteriormente. Esta morfologia, contrasta com a decoração plana da peça, provocando um efeito de alternância de volumes que quebra a monotonia plástica da restante decoração.

Um paralelo para esta peça de São Miguel de Odrinhas pode ser encontrado em território nacional, tal como podemos observar num exemplar corintizante de Miróbriga que se encontra junto ao fórum (GONÇALVES, 1994: 39, fig.).



A face frontal encontra-se decorada também por linguetas, igualmente perfeitas do ponto de vista da sua execução técnica. A restante decoração do exemplar inclui-se dentro da morfologia mais comum dos capitéis corintizantes da segunda centúria.

G. Behemerid refere-se a esta peça atribuindo-a, cronologicamente, aos inícios do séc. III (1992: 178, n.º 789), cronologia que se afasta daquela que, C.A. Ferreira de Almeida aponta para o exemplar, uma vez que a ele se lhe refere como correspondendo a «... uma característica arte decorativa tardorromana» (ALMEIDA, 1986: 23). Tal atribuição prende-se, como já referimos, com a associação geralmente estabelecida entre esquematização/estilização e época tardia.

Se bem que, em termos gerais, se possa afirmar tal ideia, não é possível basear qualquer análise exclusivamente em tais princípios. No caso vertente, apesar dessas características se encontrarem presentes, não podemos deixar de ter em conta o léxico decorativo que é empregue. Assim, as linguetas, as folhas de acanto, os óvulos, bem como as semi-palmetas e o cordão de astrágalos e pérolas – que separa o registo jónico do inferior – correspondem a motivos de plena época clássica. A reelaboração que estes elementos documentam, leva a considerar uma época em que se encontram ainda bem presentes, o que justifica a inclusão de pormenores que, geralmente, e pela sua minúcia, são os primeiros a desaparecer, ainda que surjam explicitados segundo distintos efeitos plásticos. Assim, não são os efeitos de alternância de volumes ou de contraste de luzes e sombras, que se tornam imperativos, mas sim a delimitação dos vários motivos, por vezes de forma rígida, pela composição linear e geometrização do traço, tendência que se afasta da tradição mais pura de época flávia. Apesar disso, podemos observar algumas influências dessa época, sobretudo no que diz respeito ao kyma jónico, onde as molduras e óvulos de contorno rebaixado, assim como as lancetas relevadas, provocam alternância de planos criando zonas de sombra acentuadas.

Esta mistura de efeitos visuais é explicada por uma singularidade decorativa que inclui num mesmo exemplar motivos distintos. Não sabemos se de

reelaboração provincial, ainda que as peças apresentadas por KÄHLER (1939: Tafel 12) indiquem uma decoração muito similar, mesmo tendo em conta que a qualidade técnica evidenciada por tais peças nos indique estarmos perante produto de um atelier certamente habituado ao talhe de tais elementos. Cada registo é tratado de forma independente, atingindo alguns uma curiosa abstracção, a qual só pode ser entendida se resultado de uma estereotomia que reelabora os traços, revelando novos efeitos.

Na análise deste exemplar que apresentámos em 1997 (FERNANDES, vol. II: 493-495, n.º 116), datámos este exemplar dos inícios do século III, ou talvez, de época um pouco anterior, cronologia genericamente seguida por Filomena Limão em trabalho mais recente, que data a peça do séc. III (2010, vol. III: 320-322). Curiosamente, Javier Magaña na sua obra sobre capitéis tardo romanos e visigodos da Península Ibérica (2011) não analisa este exemplar, ainda que inclua no seu trabalho muitos exemplares do século III d.C.

## **2 – Oficinas de produção de elementos arquitectónicos no territorium olisiponense**

Infelizmente, o conhecimento que hoje possuímos sobre oficinas de produção de elementos arquitectónicos é quase nulo. Este enorme desconhecimento prende-se, antes de mais, com a ausência de estudos sistemáticos sobre estes exemplares e, essencialmente, pelo facto de muitas das peças que se conservam não possuírem qualquer informação quanto ao contexto da sua proveniência.

No caso da cidade de Felicitas Iulia Olisipo sabemos da existência de várias oficinas, ainda que tais considerações se prendam, em alguns casos, mais com paralelos estilísticos do que propriamente com provas de carácter arqueológico.

A construção do teatro a meia encosta, nos inícios do século I d.C., levou à montagem de um estaleiro de obra durante vários anos e, provavelmente, à criação de uma oficina de produção de elementos arquitectónicos no próprio local ou em sítio próximo. Apesar de as peças que hoje se conservam se encontrarem muito erodidas é possível a elaboração de algumas ideias. Antes

de mais pela técnica empregue, que faz recurso à pedra local, o biocalcarenito, que depois seria revestido com estuque. Por diversas ocasiões nos referimos a estas peças (FERNANDES, 1997, vol. II: 237-241; idem, 2001: 29-46) sublinhando a sua semelhança com exemplares emeritenses e igualmente a sua proximidade com uma linguagem decorativa arquitectónica que vemos surgir nos inícios da romanização.

Os capitéis encontrados no teatro romano de Medellín (PEDRO MATEO, YOLANDA PICADO, no prelo) (Fig. 10), perto de Mérida, constituem um belíssimo paralelo para as peças de Lisboa, como tivemos ocasião de sublinhar no póster apresentado em 2013, no XVIII Congreso Internacional de Arqueología Clásica. Mérida (6-11 Maio). Como então referimos há claramente uma filiação entre os arquitectos que realizam um e outro teatro assim como, eventualmente, poderá existir entre as oficinas de produção dos elementos arquitectónicos que decoraram os dois espaços cénicos e, possivelmente também, o do teatro romano de Mérida (RÖRING, 2009: 163-172).



**Fig. 10** – Capitel (TRM-1796-24) encontrado no teatro romano de Medellín. (Adaptado de Pedro Mateo, Yolanda Picado, *Tafel 22 b e c*, no prelo)

O facto de em Medellín terem surgido peças que conservam o estuque ornamental e outras que o não mantêm (Fig. 11), permite uma observação clara das diferenças existentes devido à não conservação destas peças como originalmente seriam, tal como acontece no teatro de Olisipo (Fig. 12).



**Fig. 11** – Capitel de Medellín que não conserva o estuque que finalizaria a decoração



**Fig. 12** – Capitel do Teatro de Olisipo (Museu do Teatro Romano) (TRL/067/100 E.P)

Esta técnica decorativa, com recurso à pedra local para esboçar o “esqueleto” da peça e a colocação de estuque onde se faziam os *appagineculi*, não a veremos aplicada novamente em Olisipo ou em qual outro local do seu *territorium*.

Se recorrermos a outros elementos arquitectónicos que não apenas os capitéis, podemos obter mais alguns dados. Com efeito, os capeamentos de ara existentes na área em análise permitem a apresentação de algumas considerações, como tivemos oportunidade de sublinhar em 1997 (FERNANDES, 1997, vol. IV: 250-256). Com efeito, alguns destes elementos, onde se incluem uma peça da Casa dos Bicos, outra da Póvoa de Santo Adrião (Loures), outra de Portas de Manique (Alcabideche), um fragmento da parte inferior do capeamento de Areia (Cascais) e, por fim, três peças de Faião (Odrinhas) apresentam um léxico ornamental idêntico e aos quais atribuímos uma cronologia do séc. II d.C. A presença de rosetas centrais do *fastigium* delicadamente delineadas; acentuados efeitos de luz e sombra recorrendo ao uso pontual do *trépano*; a palmeta central axializada; a parte inferior decorada com o que interpretamos como um *kyma lesbio* e, por fim, a decoração dos *puluini* é muito similar entre si.

Perante tais características parece ser indiscutível o facto de um grande número de capeamentos de ara com similitudes tão evidentes entre si fazerem

parte de um mesmo centro oficial. Isto é, partimos do princípio de que, na sua origem, se pode delinear a existência de uma ou mais oficinas, ainda que, certamente, muito próximas entre si, as quais, em coordenadas espaço-temporais restritas terão produzido este tipo de peças e abastecido grande parte do território olisiponense.

A cronologia do capitel corintizante da Casa dos Bicos (FERNANDES, 1999: 114-122), pela sua boa conservação e elementos decorativos bem delineados, permite alguma segurança quanto à atribuição cronológica pelos paralelos bem calibrados que estabelece com outros exemplares peninsulares, onde se destacam os emeritenses (GUTIERREZ BEHEMERID, 1992: n.os 851-854), mas também peças de Scallabis (Santarém) (FERNANDES, 2003: 65-80) e de Salacia (Alcácer do Sal) (Fernandes, no prelo) todas atribuíveis ao século II d.C. ainda que possa existir alguma discrepância entre as mesmas. As peças de Alcácer por exemplo, poderão ser um pouco mais tardias em relação às restantes.

A presença de um capeamento de ara também na Casa dos Bicos e de idêntica cronologia, leva a colocar a questão de que as duas peças provenham de oficinas em funcionamento num mesmo período, seguindo genericamente as mesmas composições e motivos ornamentais.

O século II d.C. surge assim, como um período de franca e saudável produção deste tipo de elementos decorativos, com nova campanha de remodelação ornamental também para o teatro romano, que continua a respeitar a ordem arquitectónica jónica da época inaugural, mas com novas peças jónicas que ilustram distintas opções técnicas e decorativas (FERNANDES, 2011: 273-275) e que se inscrevem cronologicamente entre os finais da primeira centúria e a segunda.

Se avançarmos cronologicamente são, mais uma vez, os capitéis que, em relação a Lisboa, nos fornecem informações quanto ao sistema funcional das oficinas em épocas mais avançadas. Neste caso, são precisamente os capitéis jónicos que, pelo seu número, podem esclarecer alguns aspectos quanto a este tema. De facto, existem oito capitéis jónicos que se podem datar entre o século III e o IV. Já tivemos oportunidade de os mencionar anteriormente, falamos da

peça de São Miguel de Odrinhas, das duas peças do Museu Nacional de Arqueologia - uma dos arredores de Lisboa e outra da Rua das Canastras – outra do Claustro da Sé, duas da Praça da Figueira e uma das termas dos Cássios. Por fim, incluímos ainda um outro exemplar de Frielas que já tivemos oportunidade de analisar (FERNANDES, 2004: 21-36) (Fig. 13).



**Fig. 13** – Capitéis jónicos do território olisiponense datáveis de entre os séculos. III e IV d.C.

Este conjunto apresenta uma evidente homogeneidade temática e formal ainda que com diferenças no tipo de talhe e motivos empregues. Estas peças inauguram uma distinta concepção deste tipo de peças, não só em termos decorativos mas também estruturais.

A alteração da proporção que estas peças documentam responde antes de mais a diferentes fins arquitecturais, com o objectivo da sua aplicação a fins

domésticos. Este novo passo para uma adaptação dos antigos signos à arquitectura privada será um dos traços mais importantes que caracterizará o desenvolvimento e recrudescimento do capitel jónico em época tardia na região de Olisipo.

Esta característica acompanha o panorama que se observa em outras cidades peninsulares, como sejam Barcino e Tarraco, locais onde, como bem referiu J. Gimeno, a evolução do capitel jónico se inscreve num novo modelo de aplicação a peças de pequenas dimensões. Partilhariamos a opinião de J. Gimeno quando refere «... a restrição da presença oriental nas cidades costeiras» (1992: 100), facto que se poderia comprovar com o exemplo de Olisipo. Apesar de o número de peças não ser grande, a ausência de correntes específicas que possam indicar esse tipo de influência revela-se-nos extremamente importante sobretudo se tivermos em conta a detecção, em alguns casos, de contributos norte-africanos.

Este distanciamento em relação à linha decorativa observada nas restantes cidades peninsulares não é por si, um factor de afastamento de uma qualquer evolução conceptual generalista, antes correspondendo, simplesmente, a uma multiplicidade de soluções e de modismos decorativos que só podem ser justificados por uma multiplicidade de oficinas em funcionamento, num mesmo tempo mas em espaços distintos, independentes entre si e trabalhando sobre padrões decorativos também eles diferenciados.

A ilustração do que acabamos de afirmar pode ser dada por dois destes capitéis jónicos: o proveniente das termas dos Cássios, em Lisboa, e o encontrado em Frielas. Estes dois sítios, separados entre si quase 20 km certamente partilhariam, no século IV, das mesmas oficinas, o que é comprovado pelas duas peças que oferecem soluções morfométricas e ornamentais decalcáveis. Como tivemos oportunidade de mencionar a propósito das peças das termas cassianas e da peça da vila romana de Frielas «... teremos que alargar o âmbito do trabalho da oficina em questão, uma vez que responderia não apenas a encomendas privadas mas também a solicitações de entidades públicas, uma vez o capitel que decoraria as termas

integra-se numa remodelação do edifício mandada fazer pelo próprio governador da província da Lusitânia...» (FERNANDES, 2009: 191-207)

Este fenómeno pode, de igual modo, ser assinalado em relação a outras artes decorativas, como é o caso da musivária. Quanto a este aspecto, os mosaicos da villa romana de Milreu, datados do séc. IV d.C., poderão confirmar a existência de ateliers itinerantes que laboravam em vários locais segundo as encomendas que apareciam. De destacar que os paralelos encontrados para estes mosaicos somente se constatarem num exemplar de Braga, também de época tardia e em alguns da Galiza<sup>36</sup> que deverá corresponder à mesma oficina. No que diz respeito aos mosaicos não são influências norte-africanas que poderão ser apontadas, o que nos leva, mais uma vez, a sublinhar a ideia da existência de oficinas de proveniência distinta e, por conseguinte, seguindo modelos também eles diferenciados que funcionariam em regiões relativamente próximas ou, possivelmente, que se deslocariam seguindo as encomendas solicitadas.

Deste modo, uma nova realidade baseada na laboração de ateliers diversos, de carácter mais restrito e independentes entre si, ao invés de centros produtores criados para responderem a encomendas directamente relacionadas com o poder central, com encomendas oficiais, como observámos anteriormente. Assim, se para esta última realidade as influências de carácter decorativo se podem apontar como vindas, directa ou indirectamente, do centro do Império, teríamos, para o caso anterior, uma substituição dos centros de influência que agora se localizariam provavelmente no Norte de África. Esta substituição, paralelamente a uma multiplicidade de modismos ou correntes estéticas definiu, de forma decisiva, a alteração do modo de produção dos elementos decorativos arquitectónicos.

No século III d.C., observamos em Odrinhas, a produção de novos elementos arquitectónicos. As peças 2, 3 e 4 revelam, pelas características morfométricas, a sua pertença a um mesmo edifício. O capitel 5, identificado como misto e genericamente com a mesma cronologia, revela, no entanto, opções estilísticas e diferenças qualitativas evidentes que obrigam a considerar um distinto atelier.



### 3 - Considerações Finais

As peças que analisámos ao longo deste trabalho, não podem ser consideradas, em boa verdade, como espécimes artisticamente notáveis. Embora com tal pressuposto presente, são as opções, decorativas e técnicas documentadas por estas peças, que permitem a elaboração de algumas conclusões.

Ainda que não pretendamos, no âmbito deste trabalho, a apresentação de todos os capitéis do território olisiponense, de forma a estabelecer comparações cronológicas e estilísticas com vista ao estabelecimento de origens oficiais, parece-nos importante as informações que as peças agora analisadas possibilitam deduzir.

O facto de os cinco exemplares se enquadrarem entre os séculos III e IV d.C. atesta uma dinâmica construtiva que não pode corresponder a uma simples coincidência. Apesar de o capitel jónico poder ser entendido, pelas suas dimensões, como uma encomenda privada e provavelmente destinado à decoração de uma villa, já o capitel misto e as restantes peças corintizantes parecem corresponder a um distinto tipo de encomenda, quer pela sua dimensão, no caso dos exemplares corintizantes, quer pela qualidade do capitel misto.

Estas ideias estão longe, no entanto, de confirmação e existem inúmeros imponderáveis que podem (e devem) inviabilizar esta lógica linear. Uma certeza porém, refere-se ao facto de a oficina que produziu os capitéis corintizante não ser a mesma que elaborou o capitel misto pelas evidentes diferenças existentes entre as mesmas.

Quanto à peça jónica ela inscreve-se nas linhas evolutivas do capitel jónico do território olisiponense, como pudemos observar na figura 13, levando mais além as características estilísticas mais afastadas dos modelos originais, traduzidas num geometrismo e esquematismo acentuado. Apesar de distintas opções dos motivos a incluir no kyma jónico, constata-se algumas filiações, como é o caso das peças das termas dos Cássios e de Frielas (Fig. 13 – n.os 5 e 6), ou das peças da Rua das Canastras e de um dos exemplares da Praça da

Figueira (Fig. 13, n.os 2 e 3). A peça de Odrinhas e o capitel da Sé de Lisboa são os que mais se aproximam decorativamente ainda que morfologicamente apresentem diferenças.

Estas analogias permitem concluir que a cidade e o seu território eram abastecidos pelas mesmas oficinas. Como afirmámos no capítulo anterior, quando as encomendas oficiais tenderam a rarear ou mesmo a desaparecer, são as encomendas particulares ou as suscitadas pela renovação de antigos edifícios que dariam ocupação a oficinas itinerantes e/ou a ateliers de menor dimensão, com recursos mais limitados, que tentariam compensar tais deficiências com uma maior versatilidade das peças que produziam.

A total ausência de espécimes para os séculos anteriores obriga a que se colmate esse hiato informativo com o panorama citadino de Olisipo. Como referimos oportunamente, o caso do teatro permite esclarecer e comprovar a existência de encomendas oficiais que partilhariam a mão-de-obra qualificada entre si, se não directamente pelo menos através de aprendizes qualificados que transmitiriam os modelos em voga e os adoptados para simbolizar o novo estatuto das cidades e o novo poder imperial. Na sua imediata área de influência, estas criações seriam o modelo a seguir.

Referimos igualmente que, para a segunda metade do séc. I d.C. e para a centúria seguinte, o teatro de Olisipo continuou a produzir elementos arquitectónicos, o que é sublinhado pelo facto de, em 57 d.C., uma renovação do espaço cénico ter incluído nova estatuária – os dois silenos que decorariam a parte superior do proscaenium – e a presença de artífices altamente qualificados para a concretização do novo proscaenium (FERNANDES, CAESSA, 2006-2007: 83-102), enquadrando-se tais melhoramentos numa acção de proselitismo então tão em voga (MECHOR GIL, 2002: 57-80; CEBALLOS HORNERO, 2002-2003: 83-106).

Também no século II d.C. a presença de dois capitéis coríntios, um deles semi acabado, encontrados na Rua das Padarias, em Lisboa permite atestar a produção destas peças, as quais, aliás, evidenciam cuidado executivo (FERNANDES, 2002\*: 237-256).

Neste sentido, compreender-se-á o facto de, não longe de S. Miguel de Odrinhas, encontrarmos a presença, documentada para a segunda centúria, de um culto ao Sol, à Lua e a Oceano (CIL II, 259), que é traduzido na oferta de múltiplos elementos arquitectónicos, nos quais se incluem as bem conhecidas inscrições ao Soli Aeterno Lunae e demais epígrafes mandadas fazer por elevados patronos (RIBEIRO, 1995-2007: 594-624).

A continuação dos trabalhos arqueológicos no Alto da Vigia (Praia das Maças, Colares) permite sublinhar aquela ideia, testemunhando a importância deste santuário e a sua directa relação com as elites governamentais. O aparecimento de novos elementos arquitectónicos e de novas inscrições permite comprovar que tais sítios finisterrae não estavam fora dos olhares da elite governativa .

As cronologias apontadas para a queles materiais, genericamente os séculos. II e III d.C. permitem assim, obter uma diacronia que, iniciando-se com os exemplares dos inícios do século I d.C. na cidade de Olisipo – directamente relacionados com a monumentalização que a cidade então sofreu – se prolonga pelos séculos II e III d.C. quer na própria urbe quer no seu território. Para o século IV d.C. assistimos, inclusivamente, a um recrudescimento construtivo o que é comprovado pelos vários exemplares encontrados no ager mas, de igual modo, no centro citadino.

A dificuldade de atribuição cronológica aos elementos de decoração arquitectónica, como inicialmente sublinhámos, permanece como um obstáculo à elaboração de ideias mais genéricas, amplas e assertivas. Ainda assim, estas pequenas grandes peças que vão surgindo, ou que permanecem esquecidas nas reservas de vários museus, encerram uma valiosa fonte de informações.

## CATÁLOGO

---



### Peça 1

**Classificação** – capitel jônico de coluna

**Matéria** – calcário

**Dimensões (cm):** altura – 13; diâmetro – 25; largura equino – 39; diâmetro volutas – 9,5

**Estado de conservação:** bom

**Localização:** Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

**N.º inv.** – S.M.O/R/88



### Peça 2

**Classificação** – capitel corintizante de coluna

**Matéria** – calcário

**Dimensões (cm):** altura conservada – 35; diâmetro – 41; altura 1ª coroa de folhas – 19.

**Estado de conservação:** partido. Apenas se conserva a metade inferior.

**Localização:** Museu Nacional de Arqueologia (reservas)

**N.º inv.** – E. 6460



**Peça 3**

**Classificação** – capitel corintizante de coluna

**Matéria** – calcário

**Dimensões (cm):** altura conservada – 28; diâmetro – 39; altura 1ª coroa de folhas – 18.

**Estado de conservação:** partido. Apenas se conserva a metade inferior.

**Localização:** Museu Nacional de Arqueologia (reservas)

**N.º inv.** – E. 6459



**Peça 4**

**Classificação** – capitel corintizante de coluna

**Matéria** – calcário

**Dimensões (cm):** altura conservada – 28; diâmetro – 39; altura 1ª coroa de folhas – 18.

**Estado de conservação:** partido. Apenas se conserva a metade superior. Superfície muito erodida. Cantos do ábaco partidos.

**Localização:** Museu Nacional de Arqueologia (reservas)

**N.º inv.** – /



**Peça 5**

**Classificação** – capitel misto de coluna

**Matéria** – mármore

**Dimensões (cm):** altura – 57,5; diâmetro – 37,5; altura 1ª coroa de folhas – 19.

**Estado de conservação:** os cantos do ábaco encontram-se partidos e a superfície está acentuadamente erodida.

**Localização:** Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas

**N.º inv.** – S.M.O/LR/57-3 (n.º antigo LXXXIX)

## BIBLIOGRAFIA

---

ALMEIDA, Carlos A. Ferreira de (1986) – «Arte da Alta Idade Média». História da Arte em Portugal, Vol. 2. Publicações Alfa: Barcelona.

ALMEIDA, D. Fernando de (1958) – Escavações em Odrinhas. Comunicações dos Serviços de Portugal, Vol. XXXIX, Lisboa, 1958

ALMEIDA, Fernando de (1962) – «Arte Visigótica em Portugal». O Arqueólogo Português. Lisboa, 2.<sup>a</sup> Série: 4: 5- 278.

BARRERA ANTON, J. L. De La (1984) – Les capiteles romanos de Merida. Badajoz.

BONNEVILLE, J. N. (1980) – «Le monument épigraphique et ses moulurations». Faventia. Barcelona. 2:2: 75-98.

CARLOS MARQUEZ (1993) – Capiteles Romanos de Corduba Colonia Patricia. Publicaciones del Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Cordoba: Imprenta San Pablo, Córdoba.

CARLOS MARQUEZ (1998) – La Decoración Arquitectónica de Colonia Patricia- una aproximación a la arquitectura y urbanismo de la Córdoba romana. Publicaciones de la Universidad de Cordoba y Obra Social y Cultural Cajasur: Córdoba.

CEBALLOS HORNERO; Alberto (2002/2003) – Coste y financiación de los espectáculos romanos – las ediciones Españas. Anas: 15-16: 83-106.

FERNANDES, Lídia (1997) – Capitéis Romanos da Lusitania Ocidental. Tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 4 volumes, Lisboa.

FERNANDES, Lídia (1998) – Capitéis romanos do Museu Nacional de Arqueologia. O Arqueólogo Português, Série IV, vol. 16. Lisboa: 221-284.

FERNANDES; Lídia (1998\*) – «Elementos arquitectónicos de época romana do concelho de Loures». Catálogo da Exposição de Arqueologia Da Vida e da Morte – os Romanos em Loures, Câmara Municipal de Loures: Loures: 93-105.

FERNANDES, Lídia (1999) – «Elementos arquitectónicos de época romana da casa dos Bicos – Lisboa». Conimbriga, XXXVIII: 113-135.

FERNANDES, Lídia (2002) – «Decoração arquitectónica da villa de Frielas – Capitéis e Bases». Catálogo da Exposição Arqueologia como Documento. Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures: s/l, 20-32.

FERNANDES, Lídia (2002\*) – «Sobre dois capitéis de Lisboa». Conimbriga, XLI: 237-256.

FERNANDES, Lídia (2003) – «Capitéis romanos da Igreja de St<sup>a</sup> Maria da Alcáçova em Santarém». Portugalia, Nova Série, Volume XXIV. Universidade do Porto: 65-80.

FERNANDES, Lídia – (2004-2005) «As bases de coluna nos desenhos dos séculos XVIII e XIX do Teatro romano de Lisboa». Revista Arqueologia e História, Associação dos Arqueólogos Portugueses, 56/57: Lisboa, 83-94.

FERNANDES, Lídia (2004) – «Decoração arquitectónica da villa romana de Frielas». Catálogo da Exposição Arqueologia Como Documento, Museu Municipal de Loures, Câmara Municipal de Loures. Loures: 21-36.

FERNANDES, Lídia (2007) – «A decoração arquitectónica de época romana do municipium olisiponense: a propósito de alguns elementos arquitectónicos da Praça da Figueira (Lisboa)». O Arqueólogo Português. IV, 2. Lisboa: 291-336.

FERNANDES, Lídia (2009) – «Capitel das Thermae Cassiorum de Olisipo (Rua das Pedras Negras, Lisboa)». Revista Portuguesa de Arqueologia. 12, 2: 223-239.

FERNANDES, Lídia (2011) – «A decoração arquitectónica de Felicitas Iulia Olisipo». Revista Portuguesa de Arqueologia. 14: 263-311.

FERNANDES, Lídia (2012) – «A decoração arquitectónica de época romana: aspectos de centralidade / descentralidade na região ocidental da província da Lusitânia». Revista Cira Arqueologia (on-line) (Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga - Vila Franca de Xira, 31 de Outubro 2008). Ed. Câmara Municipal de VFX. n.º 1 (Julho 2012), p. 131-148.

FERNANDES, Lídia (no prelo) – «Capitéis de Alcácer do Sal: sobre a decoração arquitectónica de época romana». 1.º Encontro de Arqueologia e História de Alcácer do Sal (22 a 24 de Maio de 2009). Actas do Congresso de homenagem ao Dr. João Carlos Faria.

FERNANDES, Lídia (no prelo) – «The production of architectural elements in the city of Felicitas Iulia Olisipo (Lisbon): the capitals». XVIII Congreso Internacional de Arqueologia Clásica. Mérida (6-11 Maio 2013). Poster.

FERNANDES, Lídia; CAESSA, Ana (2006-2007) – «O proscaenium do Teatro romano de Lisboa: aspectos arquitectónicos, escultóricos e epigráficos da renovação decorativa do espaço cénico». Revista Arqueologia e História, n.º 58/59: 83-102.

GINOUVÈS, René (1992) – Dictionnaire Méthodique de l'Architecture Grecque et Romaine. Collection de l'École Française de Rome: 84. École Française de Rome et École Française d'Athènes. Roma, vol. I e II.

GONÇALVES, Luís Jorge (1994) – Roman Presence on the Costa Azul, Ed. da Região de Turismo da Costa Azul: s/l.

GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (1992) – «Capiteles Romanos de la Península Ibérica». Studia Archaeologica. 81. Valladolid.

GUTIERREZ-BEHMERID, M. A. (2003) – «La decoración arquitectónica en la Colonia Clunia Sulpicia». Studia Archaeologica. Universidad de Valladolid, Diputación Provincial de Burgos: Valladolid, 92.

HAUSCHILD, Theodor (1988) – «Untersuchungen am Römischen tempel von Évora». Madrider Mitteilungen. 29. Verlag Philipp von Zabern: Mainz.

HERRMANN, John, J. (1988) – «The Ionic Capital in Late Antique Rome». Archeologia. Roma, 56.

KÄHLER, Heinz (1939) – Die Römischen Kapitele des Rheingebietes. Römisch-Germanische Forschungen. Band 13. Berlin.



J. GIMENO (1992) – «Un conjunto de capiteles de origen asiático en Tarraco y Barcino – Reflexiones sobre la importación de elementos orientales en la arquitectura del nordeste de Hispania a partir del siglo II d. C.». Archivo Español de Arqueología. 65. Madrid : 75-103.

LÉZINE, Alexandre (1968) - Chartage. Utique. Études d'Architecture et d'Urbanisme. Ed. C.N.R.S : Paris.

LIMÃO, Filomena Maria L.C.M. (2010) – Capitéis da Antiguidade tardia em Portugal (séculos III/IV – VIII). Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa. (texto policopiado).

MANTAS, V. G. (1990) – As cidades marítimas da Lusitânia. Les villes de Lusitanie Romaine: hierarchies et territoire. Ed. C.N.R.S.: Paris, 149-205.

MECHOR GIL, Enrique (2002) – «Teatro y evergetismo en la Hispania Romana». Jornadas Sobre Teatros Romanos en Hispania. Córdoba. 2002, 57-80.

PEDRO MATEOS; YOLANDA PICADO (no prelo) – El teatro romano de Metellinum. Madrider Mitteilungen. 374-410 (+ Tafeln 13-23).

PENSABEBE, Patricio (1973) – Scavi di Ostia - I Capitelli. Roma, vol. VII.

RÖRING, Nicole (2009) – «Nuevo estudio arquitectónico de la fachada escénica del teatro romano de Augusta Emerita. La Scaenae frons en la arquitectura teatral romana» (Actas del Symposium Internacional celebrado en Cartagena – 12 a 14 Marzo 2009). Universidad de Murcia, Fundacion Teatro Romano de Cartagena: 163-172.

TARDY, D. (1989) – Le Décor Architectonique de Saintes Antiques – les chapiteaux et bases. Paris: C.N.R.S., (Aquitania Supplément; 5).

RIBEIRO, José Cardim (1995 – 2007) – «Soli aeterno Ivnae cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da serra de Sintra: ¿um caso complexo de sincretismo?» Actas do Segundo Colóquio Internacional de Epigrafia Culto e Sociedade. Sintria. III-IV. Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, 595-624.